



Café com Lutas



Reforma Administrativa



psol
na
câmara



Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos.

No dia 26 de março, o assunto foi a **reforma administrativa**, encabeçada pelo governo federal através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020.



Desmonte do serviço público

Consenso entre os representantes de entidades e movimentos e a bancada do PSOL é que a proposta de reforma administrativa é, na verdade, uma deforma, uma tentativa de desmonte do serviço público e do Estado brasileiro.

A ideia de reforma administrativa do governo federal é uma continuidade das medidas da destruição de direitos e o conseqüente desmonte do Estado - é uma reforma trabalhista nos órgãos estatais. A proposta integra

uma agenda do programa econômico ultraliberal, que retira investimentos de áreas essenciais e provoca a degradação da estrutura funcional do serviço público, especialmente escolas, saúde e farmácia popular. Prevalece no Poder Executivo e parte do Legislativo a concepção de ajuste fiscal.



Mentiras e contrapontos

O governo de Jair Bolsonaro, durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e Comissão Especial procurou, junto com seus aliados, disseminar mentiras sobre os servidores e serviço público, numa tentativa de desmoralizar a categoria. O discurso do governo federal e da base aliada no Parlamento é o de colocar a sociedade brasileira contra os servidores públicos, mas a realidade derruba essa tese, principalmente nesse momento de enfrentamento à pandemia.



Para além das inverdades proferidas por Bolsonaro e companhia, o assunto PEC 32 esbarra na dificuldade de comunicação com a população em geral. Aproximar o assunto do povo brasileiro que padece com a miséria, falta de alimentos, ausência de emprego, precariedade na saúde se torna mais difícil. O desafio é estabelecer um diálogo mais concreto e próximo às necessidades e linguagem da população.

Tramitação

A PEC 32 é considerada uma alteração substancial do que resta da Constituição brasileira de 1988. A tramitação na Câmara provocou muitas críticas já que se deu durante a pandemia da Covid-19. O texto foi aprovado na Comissão Especial em setembro de 2021 e está pronta para ser votada no plenário. Trouxe algumas modificações, mas mantém os principais ataques ao funcionalismo:

Privatização da saúde e educação

Um dos temas mais polêmicos é o Artigo 37 da PEC, que

dispõe sobre a terceirização de serviços públicos através dos sistemas de cooperação. Este artigo abre caminho para o fim do atendimento gratuito à população, é a privatização dos serviços públicos. Se aprovada, permitirá a cobrança pelos serviços até mesmo em relação a direitos básicos como saúde (SUS) e educação.

Contratação temporária - o velho toma lá dá cá

A PEC 32 restringe ainda mais as carreiras típicas de Estado, abrindo a possibilidade de contratação por indicação, sem a realização de concursos



públicos. Dessa forma, a cada eleição, uma nova leva de funcionários seria contratada e sem garantia de direitos como 13º salário, FGTS ou licença maternidade. Também abre brecha para a corrupção através da admissão de funcionários fantasmas. Seria um trezinho da alegria permanente.

Fim do serviço público e do Estado brasileiro

Apesar de não propor de forma direta, a longo prazo, a reforma administrativa representa a extinção do serviço público. No relatório, das carreiras típicas de Estado, apenas cerca de 5% dos servidores estarão livres das contratações temporárias. Além disso, mesmo mantendo

a estabilidade para os novos concursados, o texto estabelece uma série de dispositivos que pode levar a demissões por perseguição política e admite o desligamento de servidores estáveis que ocupam cargos considerados obsoletos.

Combinado com a possibilidade de privatização de alguns setores, trata-se da extinção do serviço público.

Não mexe com os privilegiados

A reforma administrativa foi anunciada como um instrumento para combater os marajás do serviço público. A verdade é que não mexe com os altos salários nem do Judiciário, nem do Legislativo e muito menos dos militares. A

economia para o Estado brasileiro, tão anunciada por Paulo Guedes, virá através da retirada de direitos trabalhistas, com a redução de benefícios como auxílio alimentação, redução de salários e jornada e, principalmente, o fim de serviços que atendem todo o povo brasileiro. Não há qualquer estudo de impacto da reforma administrativa sobre as contas públicas.

Não combate a fome, nem cria empregos

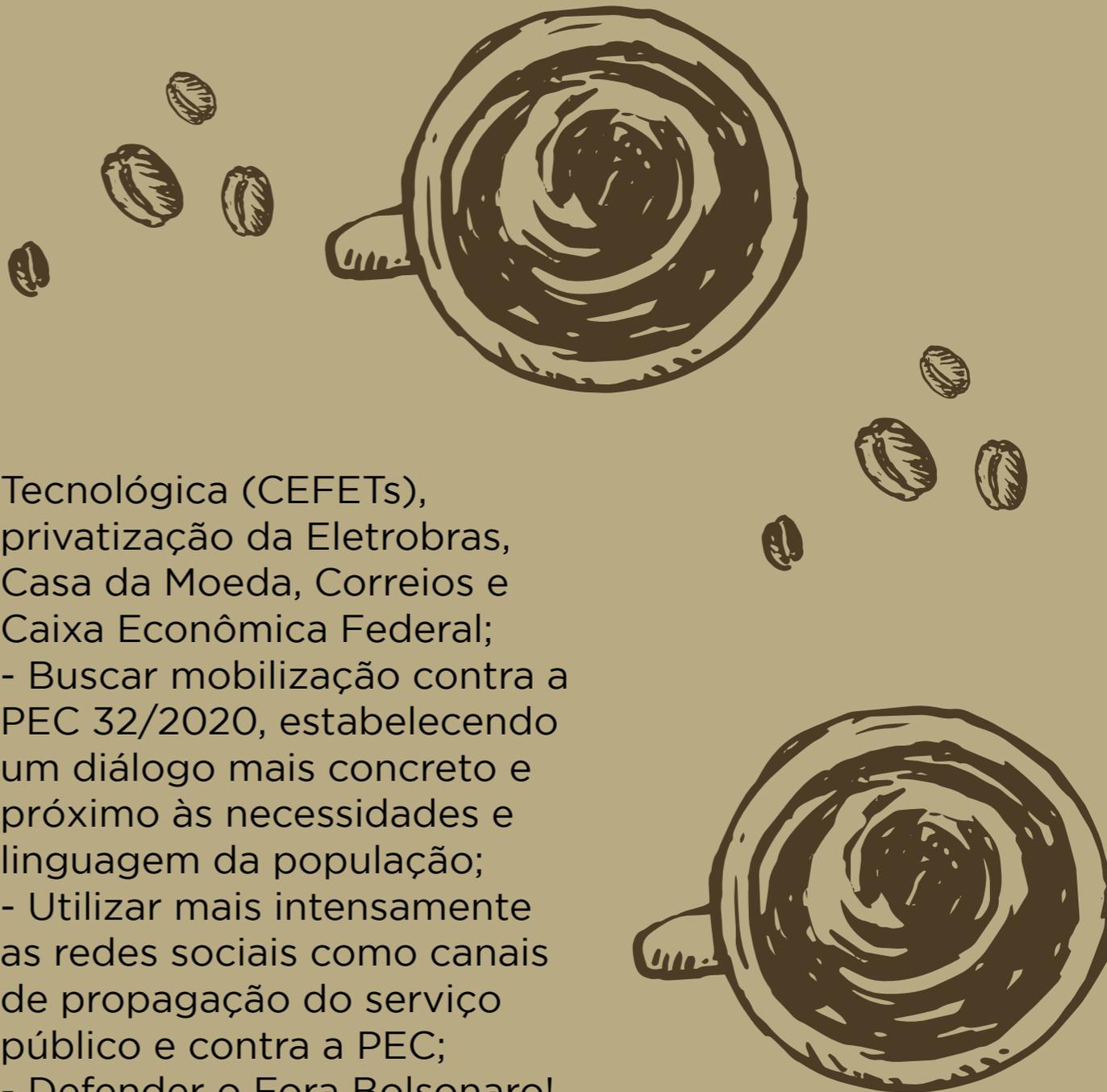
O país atravessa uma das piores crises da sua história. Em meio a uma pandemia que já causou a morte de mais de 580 mil pessoas, a população brasileira enfrenta a alta dos preços dos alimentos, do gás

de cozinha, da gasolina, da conta de luz. O brasileiro enfrenta a fome e/ou insegurança alimentar, desemprego e crises política, econômica e sanitária.

Encaminhamentos

- Compartilhar informações entre movimentos, entidade e bancada do PSOL;
- Derrotar a agenda ultraliberal;
- Concretizar táticas de enfrentamento a partir de pautas, como o Fundeb, escola sem partido, intervenções do governo nos Institutos Federais de Educação (IFEs) e Centros Federais de Educação

- Tecnológica (CEFETs), privatização da Eletrobras, Casa da Moeda, Correios e Caixa Econômica Federal;
- Buscar mobilização contra a PEC 32/2020, estabelecendo um diálogo mais concreto e próximo às necessidades e linguagem da população;
- Utilizar mais intensamente as redes sociais como canais de propagação do serviço público e contra a PEC;
- Defender o Fora Bolsonaro!



Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados

Talíria Petrone (RJ), Líder de Bancada;
Áurea Carolina (MG);
David Miranda (RJ);
Fernanda Melchionna (RS);
Glauber Braga (RJ);
Ivan Valente (SP);
Luiza Erundina (SP);
Sâmia Bomfim (SP);
Vivi Reis (PA);



Participe



A construção de políticas sociais que visem uma sociedade justa, igualitária e de inclusão se dá com participação popular.

Fortaleça essa iniciativa acompanhando a bancada do PSOL na Câmara Federal!

Entre em contato com a Liderança do PSOL na Câmara:

e-mail: lid.psol@camara.leg.br

Instagram: [@psolnacamara](https://www.instagram.com/psolnacamara)

Facebook: [/psolnacamara](https://www.facebook.com/psolnacamara)

Twitter: [@psolnacamara](https://twitter.com/psolnacamara)

